

Classe em trânsito: trabalhadores rurais brasileiros na indústria açucareira uruguaia

Class in transit: Brazilian rural workers in the Uruguayan sugarcane industry

Silvina Merenson¹
Alex Martins Moraes²

Resumo

O artigo analisa em perspectiva histórica e etnográfica as circunstâncias nas quais um grupo variável de trabalhadores rurais brasileiros veio se inserindo no circuito migratório existente entre o Brasil e o Uruguai há, pelo menos, setenta anos. Mapeamos diacronicamente as clivagens enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros empregados no corte de cana-de-açúcar na cidade uruguaia de Bella Unión. Enfatizamos os elementos que dinamizam e singularizam, em sucessivos períodos históricos, a extensão transnacional da experiência de classe destes trabalhadores com o intuito de iluminar os processos subalternos de regionalização que, nas últimas décadas, foram definindo as realidades políticas e econômicas de algumas zonas do Cone Sul.

Palavras-chave: trabalhadores rurais, circuito migratório, experiência de classe, Brasil, Uruguai

Abstract

The article analyzes, from a historical and ethnographic perspective, the circumstances in which a variable group of Brazilian rural workers has been inserted in the migrant circuit between Brazil and Uruguay for the least 70 years. We map diachronically the divisions that have structured this circuit, after that we address the vital trajectories and dilemmas faced by Brazilian workers currently employed in the sugarcane industry, in the Uruguayan city of Bella Unión. We look at the dynamic and singular elements of the transnational extension of the class experience of these workers in successive historical periods, in order to highlight the subaltern processes of regionalization that have been defining the political and economic realities of some areas of the Southern Cone over the last few decades.

Keywords: rural workers, migrant circuit, class experience, Brazil, Uruguay

¹ Investigadora Adjunta do Centro de Investigaciones Sociales- Instituto de Desarrollo Económico y Social/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CIS-IDES/CONICET). Doutora em Ciências Sociais. E-mail: smerenson@unsam.edu.ar

² Bolsista de doutorado do Centro de Investigaciones Sociales- Instituto de Desarrollo Económico y Social/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CIS-IDES/CONICET). Mestre em Antropologia Social. E-mail: alexmartinsmoraes@gmail.com

A partir da segunda metade do século XX, o estudo socioantropológico das agroindústrias açucareiras deu origem a um vasto conjunto de reflexões sobre a recomposição das classes populares brasileiras com o desenvolvimento de novos conflitos sociais e lealdades coletivas no mundo do trabalho e o desencadeamento de processos migratórios internos com forte incidência na redefinição das dinâmicas urbanas do país. A análise dos processos socioculturais e demográficos, associados ao cultivo industrial da cana-de-açúcar, contribuiu para a compreensão de como as políticas econômicas das décadas de sessenta e setenta determinaram a experiência cotidiana de enormes contingentes da população nacional³ e repercutiram nas lutas sociais que marcariam o fim da ditadura civil-militar e os primeiros anos de democracia⁴. Entretanto, pouco se discutiu até o momento a respeito de como os trabalhadores rurais brasileiros puderam se tornar protagonistas de importantes processos sociais desenvolvidos mais além das fronteiras políticas do país. É possível que a timidez deste debate no âmbito acadêmico nacional se deva a uma aceitação mais ou menos tácita da hipótese de que, em decorrência de sua proeminência econômica regional, o Brasil não transferiu mão de obra excedente a outros países sul-americanos. No entanto, a presença histórica de assalariados rurais brasileiros na indústria açucareira uruguaia desafia essas suposições e constitui um convite para ampliar nossos quadros de análise, na medida em que ilumina os percursos de uma classe trabalhadora itinerante e em permanente processo de formação. Trata-se de um segmento sociodemográfico cujas práticas transnacionais carecem, ainda, de elucidação⁵. Contudo, nossas pesquisas na cidade fronteiriça de Bella Unión⁶ indicam que estamos diante de um tema de reflexão promissor, que nos convida a empreender uma releitura de baixo para cima e em escala transnacional das realidades políticas e econômicas de algumas zonas do Cone Sul.

Desde a segunda metade do século XX, um contingente numericamente variável de cortadores de cana provenientes de regiões fronteiriças e não fronteiriças do Estado do Rio Grande do Sul veio sendo recrutado nos canais do norte uruguaio. Esse fluxo migratório se articulou decisivamente com processos políticos de escala regional e nacional no país vizinho. Nos anos sessenta, por exemplo, os trabalhadores brasileiros participaram ativamente, ao lado dos seus companheiros uruguaiois, da fundação da Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas (UTAA), um dos sindicatos mais antigos e combativos do Uruguai. Nessa mesma época, a UTAA organizou cinco marchas a Montevideu com o objetivo de denunciar as condições de trabalho na indústria açucareira e demandar uma reforma agrária que contemplasse os cortadores de cana e suas famílias. A chegada dos emblemáticos “peludos”⁷ à capital do país impulsionou novos discursos políticos sobre o papel do Uruguai em um continente estremeado pelo triunfo revolucionário em Cuba. Ao longo de toda a ditadura civil-militar uruguaia (1973-1985), os brasileiros continuaram viajando a Bella Unión, ainda que a proscrição do sindicato e a militarização das fronteiras tenham limitado suas possibilidades de mobilização política. Depois do fim da ditadura, a UTAA

se reorganizou e, no início dos anos noventa, com apoio dos trabalhadores brasileiros, promoveu uma série de medidas de luta que procuravam evitar as perdas salariais ocasionadas pelo debilitamento da indústria açucareira, agora exposta à competição com o Brasil no Mercado Comum do Sul (Mercosul). Nesse período, a paulatina expansão do cultivo do tabaco no Brasil meridional, somada ao aquecimento do mercado de trabalho brasileiro desde o início dos anos 2000, determinou uma drástica redução da migração de trabalhadores sul-rio-grandenses a Bella Unión. Atualmente, eles representam ao redor de 3% da mão de obra mobilizada nos canais uruguaiois. Não obstante, apesar da redução do seu número, esses trabalhadores são testemunhas-chave de alguns dilemas pouco visíveis – e possivelmente generalizáveis – do atual processo de integração política regional, principalmente no que tange ao desacoplamento entre legislações trabalhistas e migratórias.

Neste artigo, recuperaremos as experiências internacionais de um conjunto de trabalhadores rurais que mantiveram, ao longo dos últimos setenta anos, um circuito migratório fluido e constante entre o Brasil e o Uruguai. O trabalho de arquivo nos permitirá mapear, diacronicamente, as clivagens que estruturaram o circuito migratório em questão. Por sua vez, as entrevistas em profundidade e a observação participante serão nosso ponto de partida para evidenciar as inserções laborais e as trajetórias vitais dos trabalhadores rurais de origem brasileira que estão atualmente empregados no corte de cana-de-açúcar em Bella Unión. Recorrendo aos dados elaborados ao longo de oito anos de trabalho de campo⁸, enfatizaremos os elementos que dinamizaram e singularizaram, em sucessivos períodos históricos, a extensão transnacional da experiência de classe dos trabalhadores rurais sul-rio-grandenses.

O artigo está organizado em dois tópicos complementares. No primeiro deles, periodizamos a presença dos trabalhadores brasileiros na indústria açucareira uruguaia de acordo com as diferentes formas em que ela foi registrada, visibilizada e agenciada no marco de sucessivos debates nacionais e lutas sociais transcorridos entre as décadas de 1940 e 1990. No segundo tópico, introduzimos os relatos de nossos interlocutores com o objetivo de identificar os fatores que incidiram na redução do fluxo migratório em direção ao Uruguai. Também procuramos evidenciar os processos através dos quais os migrantes negociam, em uma conjuntura de relativa invisibilidade política, seus respectivos projetos laborais com uma miríade de atores locais que inclui o sindicato, os patrões e certos órgãos do Estado. Nas palavras finais, sintetizamos os diferentes cenários da migração brasileira no norte uruguaio e as clivagens que singularizaram as experiências pessoais e coletivas dos seus protagonistas.

Os trabalhadores brasileiros no desenvolvimento histórico da indústria açucareira uruguaia

Diferentemente de outros casos e contextos nacionais, a introdução da produção açucareira no Uruguai não foi um instrumento ou um resultado da colonização europeia, razão pela qual não responde necessariamente às clássicas definições oferecidas pela literatura sobre os “sistemas de

plantation”. Ao contrário, a entrada da cana no Uruguai data de meados dos anos quarenta e foi consequência das políticas econômicas *neobatillistas*,⁹ que canalizaram financiamento público para um grupo de produtores locais dispostos a experimentar novas alternativas agrícolas. Desde então, a cidade de Bella Unión passou a ser identificada e conhecida no contexto nacional e regional pela presença da agroindústria açucareira, que constitui sua atividade produtiva mais importante.

Os relatos daqueles que trabalharam no corte de cana nos primeiros anos de existência da produção açucareira coincidem em sinalizar que o circuito migratório seguido pelos trabalhadores brasileiros conectava Bella Unión com pequenas e médias cidades do oeste e do centro do Estado do Rio Grande do Sul (como São Borja, Alegrete, São Pedro, São Francisco do Sul, Santa Maria e a vizinha Barra do Quaraí) e com as províncias argentinas de Corrientes e Entre Ríos (especialmente Monte Caseros e Chajarí). No Brasil, os trabalhadores eram empregados na colheita do arroz, ao passo que na Argentina eram recrutados nas estufas de hortaliças. Pontualmente, a migração das arrozeiras brasileiras em direção ao Uruguai era um empreendimento familiar que mobilizava a força de trabalho de pais, esposas e filhos. Como veremos mais adiante, essa incorporação da totalidade do grupo familiar ao mercado de trabalho foi se modificando especialmente a partir da entrada em vigor da legislação trabalhista uruguaia para as zonas rurais, cuja consequência foi a retirada de mulheres e crianças das atividades de corte de cana e a obstrução das propriedades rurais como lugar de residência dos trabalhadores.

Até o final da década de cinquenta, a vigência de um regime de representação consistente em “nacionalizar” a mão de obra mobilizada nos canais contribuiu para articular a promoção estatal da indústria açucareira com a ideia de “nação” no marco do modelo *neobatillista*. Difundidas pelos discursos oficiais e pelos grupos políticos próximos ao governo, as práticas discursivas de nacionalização dos cortadores de cana procuravam enunciar sua procedência mencionando cidades e povoados exclusivamente uruguaios ou identificando-os como “criollos”, “gauchos” e “paisanos”. Contudo, no final dos anos cinquenta, em plena inflexão política nacional¹⁰ e em paralelo com a emergência dos primeiros conflitos sindicais nas plantações de cana-de-açúcar, os trabalhadores dos estabelecimentos açucareiros deixaram, paulatinamente, de ser apresentados como parte do coletivo nacional. Pelo contrário, cada vez mais a imprensa montevidiana de grande circulação se esforçou por apresentar a mão de obra dos canais como “estrangeira”, convertendo o extremo norte do país na imagem e na margem interna da alteridade¹¹. É a partir de então que os grandes jornais uruguaios começam não só a denunciar a perda de fontes laborais dos “trabajadores uruguayos”, mas também a caracterizar os “braceros brasileiros” como pessoas que entravam no Uruguai “sin ningún tipo de contralor, inclusive sanitario”¹². Esta representação do “trabajador extranjero” ou “clandestino”, culpado pelo deslocamento laboral dos nacionais, conjugou o discurso da poluição sanitária com o da degradação moral: “casi todos los

braceros que cruzan la frontera son gente de mal vivir, gente violenta, muchos de ellos huyendo de la policía”¹³. Derivada das transformações ocorridas na agroindústria, esta imagem também veio associada a denúncias relativas às condições de trabalho. Tais denúncias incluíam a forma irregular de cálculo das jornadas de trabalho e seu pagamento mediante “vales”. Falava-se, além disso, do não cumprimento do regime de transferências monetárias familiares vigentes no Estatuto do Trabalhador Rural desde 1954, do isolamento no qual se encontravam os trabalhadores durante a safra e das características de suas moradias, cujo aspecto era definido como “del más deplorable (...) que el hombre ha podido imaginar”¹⁴.

No começo da década de sessenta, quando Bella Unión contava com 3.674 habitantes, dos quais cerca de 850 eram assalariados rurais estabelecidos em chácaras açucareiras, as duas usinas locais – a Azucarera Rioplatense Sociedad Anónima e a Compañía Agrícola e Industrial del Norte – experimentavam inconvenientes dos mais variados. Em 1961, os cultivos de ambas as usinas foram adquiridos por capitais estadunidenses da *American Factory* que, nesse mesmo ano, iniciou suas atividades em Bella Unión sob o nome de Compañía Agrícola Franquía Sociedad Anónima. Também em 1961, no marco de uma crescente *conflitividade* laboral, um importante grupo de cortadores de cana, muitos deles de origem brasileira, fundou a UTAA e, ao redor de 25 produtores independentes agrupados na Asociación de Plantadores de Caña de Azúcar del Norte Uruguayo, (APCANU) criou a Cooperativa Agropecuaria Limitada de Industrialización de la Caña de Azúcar que, em 1965, deu origem à Cooperativa Agraria Limitada del Norte Uruguayo (CALNU). A usina da CALNU realizou sua primeira safra em 1968, quando processou a matéria prima resultante de 2.160 hectares de cana.

O aumento da *conflitividade* laboral, no começo dos anos sessenta, acompanhado pela mobilização sindical, transformou, em alguns aspectos, a representação do trabalhador de origem brasileira tal como veio sendo caracterizada até aqui. Diferentemente do que já foi apontado para outros casos da região em conjunturas análogas¹⁵, a participação dos trabalhadores migrantes nos processos de organização e radicalização sindical foi sumamente ativa em Bella Unión. Para a esquerda montevidiana – e especialmente para aqueles que, pouco tempo depois, fundariam o Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros (MLN-T)¹⁶ –, a hipervisibilização dos cortadores de cana brasileiros na composição da UTAA – um sindicato que congregava “orientales, brasileños y correntinos, aindiados y melencidos, hábiles en el cuchillo y baqueanos de todos los montes”¹⁷ – permitiu inscrever o Uruguai no caminho latino-americano, corroborando para a desestabilização da narrativa nacional que apresentava o país como uma “excepcionalidade” regional. Simultaneamente, para os partidos tradicionais e seus respectivos órgãos de imprensa, a mesma composição do sindicato que a esquerda positivava foi evocada para invalidar suas demandas e ações. Isto ficou muito evidente no decorrer das marchas a Montevideu protagonizadas pela UTAA entre 1962 e 1971. Tais mobilizações foram desestimadas pela imprensa de circulação nacional que

apontava seus integrantes como estrangeiros, pessoas de nacionalidade argentina e brasileira chegadas à capital do país sendo enganadas por “agitadores” ou pelo “sociocomunismo”¹⁸. Estas leituras anteciparam as categorias classificatórias que seriam empregadas nos anos da ditadura civil-militar (1973 - 1985).

Em 1991, ano em que o Uruguai assinou o Tratado de Assunção e passou a integrar o Mercosul, uma frente de organizações sociais bellaunionenses denominada Intersectorial denunciava que existiam 120 produtores sem possibilidade de acessar créditos, 700 famílias sem fontes de renda e uma perda de cerca de 500 postos de trabalho no corte de cana. A entrada do Uruguai ao Mercosul significou, portanto, uma forte comoção para a cidade, dado que o novo processo de regionalização das economias do Cone Sul expunha a produção nacional de açúcar à competição com o Brasil, um sócio comercial muito mais competitivo. A abertura do comércio conduziu ao fechamento de outras usinas açucareiras uruguaias, cujo desmantelamento, no alvor dos anos noventa, parecia prenunciar o futuro de Bella Unión. Foi então que o Uruguai incluiu o açúcar na sua lista de exceções comerciais para o Mercosul, razão pela qual a CALNU dispôs de um prazo que se estendia, inicialmente, até 1995 para realizar um severo processo de ajuste em troca de uma série de contribuições do Poder Executivo. O processo incluía a drástica redução do número de hectares cultivados com cana-de-açúcar e a consequente perda de 1.500 postos de trabalho. A crise da CALNU tomou forma entre 1992 e 1995 e teve seu auge em 2001, quando o então presidente Batlle (2000-2005) anunciou o fim das medidas protecionistas.

Entre o final dos anos oitenta e durante a década de noventa, a procedência dos trabalhadores rurais fez parte de uma disputa local de sentidos em torno da “integração” regional. Ainda que nos primórdios do Mercosul a integração regional tenha colocado em xeque a viabilidade da agroindústria canavieira, ela também consistia, por outro lado, numa experiência cotidiana que excedia qualquer acordo comercial. Em outras palavras, ter “nascido integrados” ou se considerar atravessados pelo fato de viver, comprar, trabalhar, frequentar cultos religiosos, espetáculos culturais e esportivos ou ter familiares e amigos residentes nos países vizinhos foram, naquela época, dados de uma realidade anistórica que, rapidamente, permearam e definiram as primeiras leituras locais do projeto regional em vias de abertura¹⁹. Nessa lógica, se o Mercosul não constituía nada de novo para Bella Unión e para os seus habitantes, ele também não poderia explicar o alarmante desemprego – este sim inédito – que começava a assolar a agroindústria. Sintomaticamente, ao mesmo tempo em que o sindicato denunciava a desocupação crescente apelando à linguagem da classe – e não à da nacionalidade –, o jornal *Mate Amargo*, órgão de imprensa do MLN-T, publicava um informe jornalístico que denunciava “la contratación de mano de obra extranjera como un serio obstáculo para los uruguayos que buscan trabajo en la ciudad”²⁰. Em 2005, a CALNU realizou sua última safra. Um ano depois, em 2006, depois da chegada de Tabaré Vázquez à presidência da república, ou seja, durante o primeiro governo nacional da coalizão de esquerda Frente

Ampla, a Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland (ANCAP) arrendou as instalações da antiga usina e assumiu suas dívidas, dando origem, logo em seguida, à estatal Alcoholes del Uruguay Sociedad Anónima (ALUR). Em meados dos anos 2000, a usina estatal processava a produção de cerca de 360 empreendimentos canavieiros e garantia o emprego de mais ou menos 1.550 trabalhadores assalariados durante a safra.

A partir da criação da ALUR começaram a se manifestar com maior contundência os resultados de alguns dispositivos legais que reforçaram a incidência do critério “nacionalidade” no ordenamento dos trabalhadores mobilizados pela agroindústria açucareira. O incremento da fiscalização trabalhista nos canaviais refletiu o aprofundamento da regulamentação do trabalho rural (Lei Nº 18.441) e a promulgação da lei que conferiu maiores garantias à sindicalização dos trabalhadores e à atuação dos sindicatos (Lei Nº 17.940). No tocante aos trabalhadores brasileiros, os efeitos da fiscalização incidiram sobre as possibilidades e as modalidades de sua contratação, posto que os produtores rurais passaram a exigir deles a posse de documentos que autorizassem o trabalho formal em território uruguaio. A clivagem nacional começou, então, a condicionar as experiências dos cortadores de cana provenientes do Brasil. Vale ressaltar que, nesse caso, estamos defrontados com um tipo de clivagem nacional diferente do que operava em décadas passadas sobre a mão de obra migrante. As lógicas atuais de segmentação da força de trabalho estão ancoradas na verificação da posse ou da carência de documentos nacionais, tornando muito mais relevante do que outrora a diferença entre ser um trabalhador “en negro” e ser um trabalhador “en caja”²¹. Hoje em dia, quem não possui situação migratória regular acaba sendo diferenciado do trabalhador nacional tanto no que diz respeito às suas possibilidades de acesso a postos de trabalho de melhor qualidade quanto em matéria de usufruto de certos direitos sociais. Aprofundaremos esses aspectos no tópico seguinte.

Dilemas atuais da circulação transnacional de trabalhadores rurais no extremo norte uruguaio

Em descontinuidade com as décadas precedentes, hoje em dia, a presença dos trabalhadores brasileiros em Bella Unión se encontra relativamente invisibilizada e já não alimenta intensos debates nacionais ou locais. Essa situação se explica, em parte, pela redução do número de brasileiros empregados nos canaviais uruguaios. Um censo de mão de obra encomendado pela empresa ALUR à Universidade da República evidenciou que, na safra de 2013, apenas 3% dos trabalhadores entrevistados afirmava proceder do Brasil. Além disso, em 2015, nenhum dos cerca de oitenta delegados sindicais eleitos pelos grupos de trabalhadores em cada propriedade canavieira provinha deste país. Era raro ver brasileiros na sede da UTAA e suas visitas ao sindicato costumavam se restringir à retirada, duas vezes durante a safra, da cota de açúcar destinada pela ALUR e todos os cortadores de cana empregados na cidade. Contudo, a atual invisibilidade política dos brasileiros não decorre unicamente de fatores demográficos; ela também responde a um fenômeno mais complexo cuja análise

oferece pistas para compreender as clivagens sociais que atualmente estruturam o circuito migratório em questão e as transições laborais nele implicadas.

Os trabalhadores brasileiros com longa experiência laboral em Bella Unión são unânimes ao afirmar que, durante a década de noventa, houve uma redução substancial do número de conacionais empregados na safra canavieira. Em boa medida, esta redução é atribuída à expansão do cultivo do tabaco na região sul do Brasil, especificamente nas localidades de São Pedro do Sul e São Francisco de Assis, de onde provém a maioria dos brasileiros que, atualmente, se deslocam para Bella Unión. Nossos interlocutores também relatam que as viagens ao Uruguai deixaram de ser vantajosas aos olhos de muitos trabalhadores a partir do início dos anos 2000, quando a moeda brasileira começou a se valorizar com relação ao peso uruguaio determinando a redução das quantias por eles obtidas no momento de converter sua remuneração para reais.

Ainda que o tabaco seja uma atividade rentável e seu ciclo incompatível com o da cana-de-açúcar, esta última continua sendo uma alternativa laboral sólida tanto para aqueles que são pequenos proprietários no Brasil como para os que não o são. No primeiro caso, o corte de cana em Bella Unión permite gerar uma economia que é depositada em contas bancárias. Enquanto estão no Uruguai, esses trabalhadores arrendam suas terras aos familiares que ficaram no Brasil em troca de um percentual dos lucros obtidos com a produção agrícola. No caso dos sujeitos que não possuem títulos de propriedade fundiária no país de origem, o trabalho em Bella Unión é compatibilizado com outras ocupações sazonais em território brasileiro, convertendo-se, assim, em uma oportunidade a mais para ampliar rendimentos. Em ambos os casos, a safra canavieira aparece como uma opção mais segura do que a eventual necessidade de solicitar créditos bancários²², especialmente quando se trata de cortadores solteiros e sem filhos²³, que contam com uma autonomia considerável no momento de ponderar as diferentes opções laborais ao seu alcance.

No entanto, o exercício efetivo de dita autonomia parece sujeito à capacidade de se adaptar às exigências físicas colocadas pelo corte de cana, uma tarefa com a qual nem todos os trabalhadores estão familiarizados e que é aprendida através da observação dos cortadores mais experientes. Adão, que tem 49 anos, é proprietário de pequenas parcelas de terra no Brasil e participou de mais de vinte safras canavieiras. Em sua opinião, certas pessoas estão mais bem preparadas do que outras para as tarefas de corte. Seu argumento coloca em evidência o que, para ele, diferencia os trabalhos urbanos dos trabalhos rurais. No intuito de exemplificar seu ponto de vista, ele nos contou que, certa vez, convidou doze conhecidos seus, trabalhadores da construção civil, para viajar a Bella Unión. Sem conseguirem se adaptar às tarefas para as quais foram designados, seus companheiros tomaram a decisão de antecipar o retorno ao Brasil e não voltaram para o Uruguai nos anos seguintes. Adão considera que, diferentemente da “gente da cidade”, as “pessoas do campo” – pessoas como ele, acostumadas ao trabalho braçal agrícola – têm mais recursos para enfrentar o corte de cana. Carlos, 30 anos de idade, não conhece Adão, mas

possivelmente teria corroborado sua hipótese. Quando o entrevistamos durante sua primeira safra, em 2015, ele se disse assombrado com a severidade do trabalho nos canaviais – um “trabalho do diabo”, “para prisioneiros” –, muito mais duro do que a colheita mecanizada da soja no Brasil, com a qual estava familiarizado.

Para os trabalhadores mais jovens, que não possuem terras em seu país de origem, a alternância de experiências laborais no sul do Brasil e no norte do Uruguai parece revelar as etapas sucessivas de um caminho incerto, no qual a necessidade de trabalhar se justapõe, inexoravelmente, à experiência de “passar trabalho”. Isto é o que podemos observar na trajetória de Pedro, 35 anos, que está procurando suas próprias coordenadas para conseguir deslocar referida justaposição. Quando conversamos com ele, contou-nos que não tinha intenção de voltar a Bella Unión na próxima safra. Sua primeira experiência de trabalho no Uruguai seria, possivelmente, a última. O ofício de caminhoneiro será sua próxima aposta laboral. A ideia de dirigir caminhões de carga o fascina há tempos, mas só agora, depois de se separar da esposa e deixar a filha pequena aos cuidados da avó, poderá colocá-la em prática. O dinheiro economizado na safra açucareira tem por destino financiar as aulas de direção no Brasil. Este, diz ele, é o primeiro passo para deixar de “passar trabalho”. O caso de Pedro descreve não só uma estratégia – ou uma vontade – de ascensão social, mas também uma lógica chave da experiência de classe e das transições laborais que atualmente caracterizam o circuito migratório em questão. Trata-se de uma lógica que se define pela busca de sínteses mais equilibrada entre esforço físico, satisfação pessoal e retorno material.

O status legal é outro fator que incide fortemente sobre a experiência de classe e as modalidades de inserção dos trabalhadores brasileiros na trama produtiva açucareira. No geral, quando esses trabalhadores chegam a Bella Unión, os únicos documentos dos quais dispõem são a sua Carteira de Identidade e o visto de turista do Mercosul, concedido pela aduana uruguaia. Alguns poucos também possuem o Documento Especial de Fronteiriço (DEF)²⁴. No primeiro caso, a documentação não autoriza o desempenho de atividade laboral remunerada. No segundo caso sim, mas boa parte dos cortadores de nacionalidade brasileira não possui tal documentação, entre outras razões porque não tem domicílio legal nas cidades compreendidas pela normativa vigente. No decorrer de nosso trabalho de campo, conhecemos apenas um cortador que possuía o DEF e este se encontrava vencido. Tramitar a residência uruguaia, que legaliza o direito ao trabalho, costuma ser uma tarefa árdua e custosa que nem todos estão dispostos a empreender ou em condições de enfrentar. Adão, que já foi mencionado anteriormente, lembra-se de que, há doze anos, quando tramitou sua residência uruguaia, teve que visitar vários órgãos públicos e desembolsar uma quantia que rondava os 700 dólares estadunidenses.

Em Bella Unión, os chamados “grupos centralizados” – grupos de corte terceirizados que atuam de forma contínua ao longo de toda a safra a serviço da empresa ALUR – são os únicos que oferecem aos seus empregados a possibilidade de trabalhar sem interrupções durante

a safra inteira. A admissão de trabalhadores nesses grupos está condicionada à apresentação da Cédula de Identidad uruguiaia, razão pela qual os trabalhadores brasileiros se veem compelidos a procurar serviço em grupos de corte mais reduzidos e menos formalizados. Desse modo, o trabalhador não nacional fica exposto ao risco de permanecer inativo durante vários dias, entre o fechamento de um grupo de corte e a abertura de outro. Essa situação compromete diretamente sua capacidade de juntar dinheiro, posto que o obriga a consumir suas economias em gastos de alimentação e alojamento. Tal instabilidade – que potencializa os condicionamentos inerentes ao trabalho safral – coabita com a sistemática transgressão da legislação trabalhista uruguiaia praticada nos grupos de corte mais reduzidos e menos visados pela fiscalização sindical e ministerial.

Na zona de Bella Unión não existe a figura do “contratista” ou recrutador de mão de obra, de modo que a negociação das condições contratuais de um cortador de cana (nacional ou não) é produto de um acordo verbal entre o trabalhador e o seu eventual patrão ou o capataz que o representa. Se bem os amigos e parentes desempenham o papel de mediadores no momento da contratação dos cortadores, apresentando-os ou recomendando-os a um determinado produtor, dita mediação não determina a qualidade nem as condições do vínculo laboral contraído. Independentemente de quem os tenha colocado em contato, o patrão costuma submeter seus novos empregados a um período de “teste” que dura em torno de quinze dias. Ao longo desse período, a contratação não é formalizada, ou seja, o trabalhador não figura na lista dos cortadores contratados no estabelecimento. Depois do período de teste, se o empenho do cortador é considerado aceitável, formaliza-se a contratação. No caso dos que não possuem documentos nacionais ou DEF, a informalidade se prolonga indefinidamente, ainda que o patrão ou o capataz se comprometam verbalmente a garantir seu posto de trabalho. Nesse momento, o trabalhador passa a integrar a lista de empregados que cada estabelecimento produtivo envia à empresa ALUR aos efeitos de contabilizá-los na repartição de açúcar que a usina realiza entre os trabalhadores. Esta instância é, talvez, a única incorporação dos trabalhadores brasileiros indocumentados a um registro formal.

Na perspectiva de nossos interlocutores, o “trabajo en negro” parece não implicar uma situação de desvantagem salarial com relação ao “trabajo en caja”. Entretanto, as coisas só são assim quando se leva em consideração exclusivamente o montante de jornadas laborais remuneradas durante o vínculo contratual. Ao não efetuar contribuições previdenciárias, o trabalhador indocumentado recebe o valor equivalente à remuneração bruta de um empregado formalizado. No entanto, dado que estão impossibilitados de acessar o seguro desemprego (“seguro de paro”), os trabalhadores “en negro” têm seus ingressos diminuídos em 50% com relação aos rendimentos potenciais de um trabalhador “en caja”, que pode solicitar o seguro desemprego uma vez concluída a safra. Ainda que os trabalhadores brasileiros considerem seu desempenho na safra açucareira como uma espécie de “bico”, isto não significa que não estejam interessados em

ampliar ao máximo os retornos financeiros decorrentes de seu trabalho, especialmente quando sabem que podem fazê-lo. Aqueles que já viajaram várias vezes a Bella Unión demonstram grande interesse em obter os “documentos uruguaios”, posto que isso lhes permitiria incrementar suas possibilidades de contratação e de acesso a direitos trabalhistas como a aposentadoria e o seguro desemprego. Para poderem se aposentar, os trabalhadores procuram acumular um tempo de trabalho formal que pode ser computado no Brasil quando eles solicitarem sua aposentadoria por tempo de serviço, conforme estabelece o Acuerdo Multilateral de Seguridad Social del Mercosur de 1997. Por sua vez, o seguro desemprego permite que os cortadores brasileiros sejam beneficiados por um ingresso extra que fica depositado no banco e em busca do qual eles retornam à cidade a cada três meses. Estas rápidas passagens por Bella Unión também permitem a atualização de relações laborais e sociais com a finalidade de avaliar e programar o retorno para a safra seguinte.

Já os trabalhadores indocumentados não têm outra opção além de se manterem distanciados das reivindicações sindicais e se esconderem das comissões de fiscalização do Ministerio del Trabajo que percorrem esporadicamente os canaviais. Ainda que o sindicato – UTAA – esteja a par da existência de contratações irregulares, não identificamos nenhuma política orientada a mapeá-las ou atendê-las. Ficar à margem dessa problemática é a resposta da organização para, nas palavras de um dos seus dirigentes, evitar “sacarle trabajo a algún compañero que viene de lejos”. Mesmo que o sindicato trabalhe diariamente para impedir que se configurem situações de informalidade, o caso dos trabalhadores brasileiros indocumentados é lido a partir de uma perspectiva sensível ao desacoplamento entre legislações migratórias e trabalhistas. A UTAA explica que o trabalho “en negro” é mais rentável para muitos cortadores brasileiros porque, se lhes fossem descontadas as contribuições previdenciárias, eles não poderiam se beneficiar delas em virtude do seu status migratório.

Mesmo realizando contribuições sindicais, os trabalhadores brasileiros raramente participam das instâncias eletivas ou deliberativas da UTAA. Isto os deixa numa posição débil diante dos seus dirigentes. Contudo, a distância entre os trabalhadores brasileiros e o sindicato não resulta unicamente da “zona de invisibilidade” característica das contratações “en negro”. Os trabalhadores brasileiros que costumam ir a Bella Unión também não possuem participação sindical no país de origem. Esta ausência de experiência e vínculo sindical se reproduz no marco do circuito migratório. Mesmo que a UTAA não ignore as necessidades da mão de obra imigrante – postura que responde, possivelmente, à tradição classista reivindicada pela organização –, sua intervenção direta nos conflitos que a envolvem só se dá quando estes ultrapassam os limites de tolerância que os próprios trabalhadores brasileiros estão dispostos a aceitar na relação com os seus patrões. Isto ocorre, por exemplo, quando um patrão contrata um trabalhador “en negro” e, ainda assim, efetua os descontos salariais correspondentes a um trabalhador “en caja”. Nesses casos, o trabalhador lesado costuma esperar até o final da safra

para apresentar sua queixa ao sindicato, geralmente com a esperança de recuperar os valores descontados indevidamente. Em tais situações, o sindicato intervém para defender o pacto que define a informalidade.

Palavras finais

Até aqui, nossa intenção foi rastrear, em perspectiva histórica e etnográfica, alguns dos itinerários pelos quais os cortadores de cana brasileiros construíram e constroem sua experiência de classe transnacional no extremo norte do Uruguai. Vimos que, na década de quarenta, as narrativas políticas difundidas pelo *neobatllismo* apresentavam a emergente indústria açucareira do norte uruguaio como um processo impulsionado por forças autenticamente nacionais, entre as quais se encontravam “hombres del campo” bem-dispostos ao trabalho, cujos modos de vida remontavam às origens históricas da nação uruguaia. Nesses relatos, a presença de mão de obra brasileira, inclusive feminina e infantil, era invisibilizada em prol da nacionalização dos atores envolvidos naquela que seria a principal atividade econômica de Bella Unión até a atualidade.

No início dos anos sessenta, diante da crise do modelo de desenvolvimento proposto pelo *neobatllismo*, os meios de imprensa vinculados ao Partido Nacional – que tinha chegado pela primeira vez à Presidência da República – passaram a representar a fronteira norte do país como um espaço vulnerável, no qual a penetração dos trabalhadores brasileiros, agora hipervisibilizados, implicava um risco poluidor. No extremo oposto do leque ideológico, os jornais da esquerda montevidense reivindicavam a presença de trabalhadores estrangeiros como o emblema e o exemplo de uma classe trabalhadora latino-americanizada, cuja existência contradizia as narrativas hegemônicas a respeito da excepcionalidade regional uruguaia. Depois da ditadura (1973-1985), as contradições em torno do processo de integração regional voltaram a visibilizar os trabalhadores brasileiros, quer fosse como exemplo de uma “integração imemorial” ou como expressão de uma ameaça aos já ameaçados postos de trabalho de uma indústria que, naquela época, deveria competir com o país vizinho.

O ciclo inaugurado em 2005 pelo primeiro governo frenteamplista da história uruguaia mudou algumas das coordenadas indicadas até aqui, no que diz respeito à promoção dos direitos sociais

e à intensificação da fiscalização sobre o trabalho irregular nos canais. Apesar disso, os trabalhadores brasileiros indocumentados continuam experimentando modalidades de estrangeirização que os tornam o elo mais frágil da trama produtiva açucareira. A estrangeirização mediante indocumentação é uma das dimensões que influi decisivamente sobre a qualidade dos postos de trabalho ambicionados pelos brasileiros e sobre a sua possibilidade de enunciar demandas sindicais e acessar serviços públicos. O grau variável de destreza para o corte de cana e a escassa sindicalização no país de origem também incidem sobre a configuração das experiências laborais que fomos identificando. Todos esses elementos colocam os cortadores provenientes do Brasil em uma zona de relativa invisibilidade jurídico-política que, em alguns aspectos, é suscetível de negociação.

Entendemos que os sucessivos regimes de (in) visibilidade que fomos identificando ao longo deste texto constituem uma base produtiva para compreender o modo como os trabalhadores brasileiros se incorporam a este circuito migratório que hoje se apresenta tão dinâmico como instável. Sua análise nos permitiu conceber como as posições ocupadas pelos trabalhadores brasileiros na trama produtiva uruguaia sustentam suas inserções atuais ou potenciais na estrutura social brasileira. Em outras palavras: desenraizar-se temporariamente no Uruguai para se manter enraizado no Brasil constitui um horizonte da experiência de classe desses trabalhadores que merece futuras reflexões.

Em cada conjuntura evocada ao longo do artigo, as diferenças entre trabalhadores nacionais, estrangeiros indocumentados e estrangeiros documentados, jovens e adultos, sindicalizados e não sindicalizados, empregados “en negro” ou “en caja” foram se combinando de diversos modos e delineando diferentes formas de viver e negociar as intersecções entre as experiências laborais e migratórias. Vimos que, como resultado dessas combinações, a presença brasileira em Bella Unión informou contendas políticas decisivas para o Uruguai do século XX. Atualmente, as migrações laborais entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai delineiam uma verdadeira cartografia das articulações vigentes entre mobilidade humana, leis migratórias e dinâmicas econômicas. Tal cartografia coloca em evidência um conjunto de novas clivagens cujo estudo pode ser frutífero para a caracterização das desigualdades emergentes nos circuitos migratórios do Cone Sul contemporâneo.

Recebido em 24/09/2018
Aprovado em 23/11/2018

Nota

³Furtado, Celso. *Dialética do desenvolvimento*; Palmeira, Moacir. *Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na "plantation tradicional"* e Garcia Jr. Afrânio. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores, entre outros.*

⁴D'Incao, Conceição. *Bóias-frias, desafio para o sindicato rural?* Palmeira, Moacir. *A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato e Chiovett Simão Pedro. Reestruturação produtiva na agroindústria paulista e a luta dos trabalhadores rurais assalariados.*

⁵Se bem os itinerários transnacionais da migração laboral brasileira não fronteiriça no Cone Sul carecem, ainda, de análises históricas e etnográficas mais sistemáticas, nos últimos anos foram publicados alguns trabalhos que lançam luz sobre os circuitos migratórios que conectam o norte do Brasil com países como o Suriname e a Guiana Francesa. De Theije, Marjo. *Ouro e Deus: sobre a relação entre prosperidade, moralidade e religião nos campos de ouro do Suriname e Insegurança próspera: a vida dos migrantes brasileiros no Suriname.* Simonian, Lígia, Ferreira, Rubens. *Trabalho e vida em terra estrangeira: o caso dos imigrantes brasileiros na Guiana Francesa*

⁶Bella Unión está situada no departamento de Artigas, na confluência dos rios Uruguai e Quaraí, que demarcam, respectivamente, os limites territoriais do Uruguai com a Argentina (Monte Caseros, província de Corrientes) e o Brasil (Barra do Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul).

⁷"Peludo" é a categoria nativa com a qual os cortadores de cana-de-açúcar do norte uruguaio de autodenominam e são denominados.

⁸Autor 1 desenvolveu seu trabalho de campo em Bella Unión entre 2004 e 2010 e Autor 2 se encontra realizando sua pesquisa na cidade desde 2014. Em 2016, ambos realizaram, conjuntamente, uma série de entrevistas complementares aos trabalhadores rurais procedentes do Brasil que são retomadas neste artigo.

⁹Neobattlismo alude ao mandato presidencial de Luis Batlle Berres (1947-1959). Para uma caracterização do período, ver Frega, Ana. *Como El Uruguay no hay. Consideraciones en torno al Estado neobattlista y su crisis.*

¹⁰Em 1959 o Partido Blanco ou Nacional – adversário do Partido Colorado e, por conseguinte, do neobattlismo – chega à presidência pela primeira vez na história política do país.

¹¹Autor 1

¹²El Día. *El norte: otro país*, 4-8-1959, p. 4.

¹³Ibidem.

¹⁴Ibidem.

¹⁵Whiteford, Scott. *Articulación social y poder: el zafrero y el contexto de la plantación azucarera.*

¹⁶El MLN-T foi, desde o início da década de 1960, a organização revolucionária mais importante do país. Sua fundação se encontra intimamente ligada ao processo de sindicalização e radicalização política dos trabalhadores açucareiros de Bella Unión.

¹⁷Rosencof, Mauricio. *La Rebelión de los cañeros y los hombres del Arroz*, p. 20.

¹⁸El Día, 6-6-1962, p. 5.

¹⁹Autor 1

²⁰Mate Amargo. *Los brasileños invaden Bella Unión*, 20-6-1990, p. 13

²¹"En negro" e "en caja" são termos usados no Uruguai para fazer referência, respectivamente, ao vínculo laboral juridicamente irregular, que não implica contribuições previdenciárias, e ao vínculo laboral regular, que supõe aportes para o sistema previdenciário e garante uma série de direitos trabalhistas aos assalariados.

²²A substituição do crédito bancário pela safra para evitar endividamentos remonta à lógica econômica seguida pelas unidades produtivas camponesas do Brasil há pelo menos três décadas. Heredia, Beatriz. *La morada de la vida.*

²³A maioria dos entrevistados ao longo de nosso trabalho de campo responde a este perfil.

²⁴Desde 2004, o Documento Especial Fronterizo (DEF) habilita a residência, o acesso ao mercado de trabalho e aos serviços educacionais para os nacionais fronteiriços do Uruguai e do Brasil. A validade do documento é de cinco anos, sendo prorrogável por igual período. Para tramitá-lo, é necessário possuir domicílio legal em alguma das cidades amparadas pela lei. Barra do Quaraí se encontra compreendida pela normativa, mas a maioria dos cortadores brasileiros não tem residência legal nesta localidade, ficando, portanto, impossibilitados de obter o DEF.

Referências bibliográficas

Chiovetti, Simão Pedro. Reestruturação produtiva na agroindústria paulista e a luta dos trabalhadores rurais assalariados. **Lutas sociais**, v. 6, 1999, p.151-166.

De Theije, Marjo. Ouro e Deus: sobre a relação entre prosperidade, moralidade e religião nos campos de ouro do Suriname. **Religião e Sociedade**, v. 28, n.1, 2008, p. 69-83.

_____. Insegurança próspera: a vida dos migrantes brasileiros no Suriname. *Anthropológicas*, v. 18, n. 1, 2007, p. 71-93.

D'Incao, Maria Conceição. Bóias-frias, desafio para o sindicato rural? **Lua Nova**, v.1, n.4, 1984, p. 73-78.

Frega, Ana. Como El Uruguay no hay. Consideraciones en torno al Estado *neobatllista* y su crisis. **Encuentros**, n. 2, 1993, p. 91-103

Furtado, Celso. (1964). **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro-São Paulo-Lisboa: Fundo de Cultura, 1964.

Garcia Jr., Afrânio. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Heredia, Beatriz. **La morada de la vida**. Trabajo familiar de pequeños productores del nordeste de Brasil. Buenos Aires: La Colmena, 2003.

Palmeira, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na "plantation tradicional". **XLIIE Congrès Internacional des Americanistes**, Actes: Paris, 1976.

_____. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985, p. 43-51.

Rosencof, Mauricio. **La Rebelión de los cañeros y los hombres del Arroz**. Montevideo: TAE, 1989.

Simonian, Lígia; Ferreira, Rubens. Trabalho e vida em terra estrangeira: o caso dos imigrantes brasileiros na Guiana Francesa, **História Revista**, v. 10, n. 2, 2005, p. 227-253.

Whiteford, Scott. Articulación social y poder: el zafrero y el contexto de la plantación azucarera. In Hermitte, Esther; Bartolomé, Leopoldo (comps.). **Procesos de articulación social**. Buenos Aires: Amorrortu, 1977, p. 91-111.